



MEMÓRIA DE REUNIÃO **(Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero)**

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 09 de março de 2021

Horário: 9:00 horas

Local: Plataforma Zoom

Link: <https://tjgo.zoom.us/j/89099237828?pwd=UjJMeUIFd3NiZUpYaFBZVk-pLZWxxQT09>

Objetivo: Apresentar, de maneira geral, os objetivos e propostas de ações para este Comitê e promover a interação entre os seus integrantes.

PARTICIPANTES:

Dr. Vitor Umbelino Soares Junior - Juiz de Direito

Dra. Sirlei Martins da Costa - Juíza Auxiliar da Presidência

Dra. Marianna de Queiróz Gomes - Juíza de Direito;

Sherloma Starlet Fonseca Aires - Técnica Judiciária;

Ana Francisca Figueiredo Dias Bittar - Analista Judiciária

Anna Luísa do Carmo Braga - Assessora Correicional da CGJ

Francinaide Verônica da Silva Vieira - Escrevente Judiciário II

Larissa Carvalho de Oliveira - Analista Judiciária

Laylla Nyanne Dias Lopes Vilarinho - Analista Judiciária

Renata Lamounier Oliveira - Escrevente Judiciário I

Washington Fernando de Souza - Diretor de Serviço do Centro de Memória e Cultura do Poder Judiciário;

A servidora Maria Leonia Veiga Gonçalves Fontenelli não compareceu à reunião e justificou ter enfrentado problemas com a conexão de internet.

SÍNTESE DOS ASSUNTOS TRATADOS:

1. Apresentação do Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero do TJGO

A Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Sirlei Martins da Costa, inciou a reunião afirmando que o Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero integra a Política de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás, instituída pela Resolução TJGO nº134, de 11 de novembro de 2020. A iniciativa visa atender uma das Metas Nacionais do Poder Judiciário (Meta 9), que decorre da parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Na-



ções Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em prol da implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, considerando as metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A magistrada expôs sobre a importância que o Comitê de Equidade e Diversidade de Gênero apresente ações inclusivas e diferenciadas em relação a outros comitês já instituídos pelo TJGO. Pontuou sobre a responsabilidade que os integrantes desse Comitê possuem na implementação de ações efetivas em busca dos objetivos a serem alcançados e da possibilidade de enfrentar resistências internas.

Sugeriu a realização de reuniões mensais, com duração de uma hora cada.

O coordenador executivo do Comitê, Dr. Vitor Umbelino Soares Junior, expôs que o Comitê adotará um modelo de gestão participativa e ressaltou a importância da sua constituição no âmbito das políticas pela promoção e defesa dos direitos humanos desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Afirmou que dentre os objetivos a serem alcançados seria importante destacar a efetiva realização de ações que promovam a valorização da equidade e diversidade de gênero, e que, conforme disposto na Resolução 134/2020, será indispensável a execução de ações estratégicas, programas e projetos que viabilizem o adequado tratamento da matéria de maneira a combater todas as formas de preconceito e discriminação.

O magistrado ainda ressaltou ser de decisiva importância a efetiva participação de todos os integrantes do Comitê por meio da apresentação de propostas que serão sistematizadas e discutidas para a constituição de um plano estratégico de trabalho, tendo em vista os produtos que deverão ser apresentados preferencialmente no mês de junho, conforme disposto no art. 8º da Resolução 134/2020.

Em seguida, passou-se para a apresentação dos membros do Comitê, que trataram sobre suas áreas de atuação, especialidades profissionais, interesses e expectativas relacionados à participação neste Comitê.

2. Exposição das propostas de ação

Dra. Marianna de Queiroz Gomes apresentou pesquisa feita sobre inúmeros projetos desenvolvidos em outros Tribunais de Justiça e instituições públicas e privadas que visem a promoção de equidade de gênero. As informações foram exibidas em slides, que constam em anexo.

Dra. Sirlei Martins mencionou que a Polícia Civil do Distrito Federal tem um protocolo de atendimento a pessoas trans e sobre a necessidade de um curso sobre oitiva a mulheres vítimas e testemunhas.

Washington Souza relatou sobre ações em prol da diversidade de gênero já realizadas no Museu do Centro de Memória, como a realização de casamento homoafetivo.



Convidou os membros do Comitê a disponibilizarem as pesquisas relacionadas ao Poder Judiciário para a catalogação em banco de dados.

Laylla Vilarinho sugeriu a realização de levantamento de dados de autodeclaração de gênero (e sexualidade¹) através do sistema de acesso restrito do servidor, no momento do cadastramento.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) Agendar a data para a próxima reunião. Sugestão: **07 de abril de 2021**.
- 2) Dividir os participantes para estudar sobre as propostas elencadas, observando a viabilidade de execução e o prazo necessário.

DECISÕES:

- 1) O Comitê realizará reuniões mensais, com duração de 01 hora.
- 2) O plano de trabalho será elaborado na próxima reunião a partir de propostas que serão apresentadas de forma sistematizada e fundamentada por cada integrante do Comitê. Após a apresentação, e discutida a sua viabilidade, serão escolhidas as propostas que serão desenvolvidas a curto, médio e longo prazo.

ANEXOS:

Material expositivo da pesquisa realizada pela Dra. Marianna de Queiróz Gomes referente a ações em prol da equidade de gênero.

Este documento foi redigido por Sherloma Aires.

¹ Inserido pela relatora.